

Curitiba, 11 de setembro de 2011.

Caro colega,

Temos a honra de repassar informações sobre alguns fatos relevantes acontecidos no mês último, e outros previstos para setembro:

1. Número de expedientes

Foram autuados 515 processos novos, no mês, na Corregedoria-Geral. Ao Corregedor-Geral foram encaminhados 1082 feitos para manifestação ou voto, e para o Corregedor da Justiça, 600. Número de feitos relatados no Conselho da Magistratura pelo Corregedor-Geral: 08; e pelo Corregedor da Justiça: 10.

2. Calculadora de execução penal

No próximo dia 12 de setembro, às 14h, o CNJ estará lançando oficialmente a calculadora de execução penal, criada pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, do Tribunal de Justiça do Paraná, e que servirá como modelo para os outros tribunais. Essa ferramenta recebeu no dia 30 de agosto passado o Prêmio CONIP, em São Paulo, como inovação tecnológica de maior destaque, concorrendo com projetos do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça.

3. ENCOGE (Encontro Nacional de Corregedores-Gerais)- I

Realizou-se em Araxá-MG, nos dias 19 e 20 de agosto, o 57º ENCOGE, que debateu, entre outros, temas como a segurança dos juízes e o novo procedimento disciplinar contra magistrados. O encontro foi aberto pela Corregedora-Nacional, Ministra Eliana Calmon, que abordou "*O papel do Poder Judiciário no desenvolvimento nacional*". Foram apresentados ainda o "*Projeto Pai Presente*", pelo juiz Fernando Humberto dos Santos; "*Emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos*", pelo juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Ricardo Cunha Chimenti; "*Projeto de Criação e Implantação do Sistema Tecnológico Judicial Integrado*", pelo

Corregedor-Geral de Justiça do Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, e "*Centro de Segurança Institucional*", pelo vice-Corregedor-Geral de Justiça, desembargador Luiz Audebert Delage Filho; "*Resolução 135/2011 do CNJ*", pelo juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto; "*Processo Eletrônico*", pelo desembargador Fernando Neto Botelho e "*Programa Interagir*", pelo Corregedor-Geral de Justiça de Alagoas.

4. ENCOGE – II

Na carta originada do encontro, os Corregedores-Gerais manifestaram repúdio pelo ato de extrema violência praticado contra a juíza Patrícia Acioly, e afirmaram que vão acompanhar a elucidação do fato e a punição dos responsáveis. Igualmente concitaram os tribunais a aprimorar e qualificar os métodos de segurança de magistrados e servidores, podendo servir como exemplo o modelo adotado pelo Tribunal de Minas Gerais, com o CESI-Centro de Segurança Institucional.

Outra decisão foi apoiar a implantação, pelos tribunais, do Processo Judicial Eletrônico (PJ-e).

5. ENCOGE – III

O Corregedor-Geral de Justiça do Paraná solicitou que os Corregedores-Gerais ajudem a resolver a sobrecarga de trabalho que representa, para a Justiça Estadual, o cumprimento da competência delegada da Justiça Federal, por força do disposto no art. 109, § 3º, da CF. Nas Comarcas que não são sede da Justiça Federal, as questões são processadas perante o juízo comum. Em alguns lugares, isto representa de 20% a 50% da carga de trabalho do juiz, que tem de julgar aposentadorias rurais, salário-maternidade, revisão de benefícios etc. O oficial de justiça igualmente nada recebe para cumprir as precatórias advindas da Justiça especializada.

O juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Ricardo Cunha Chimenti, asseverou que foi formada uma comissão para contatar com o INSS e analisar o assunto e pediu que o material coligido pelo Paraná seja encaminhado para estudo. Igualmente, facultou que um juiz do Paraná integre essa Comissão. A Corregedoria informou o nome da juíza Caroline Vieira de Andrade Mattar, da Comarca de Andirá, para compor o grupo de trabalho, por indicação da AMAPAR.

6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

A AMB ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Resolução nº 135 do CNJ, que trata do procedimento disciplinar contra magistrados. Sustenta a AMB que o CNJ inovou em questões já previstas na LOMAN e que abordou temas que contrariam a própria Constituição, como a imposição de julgamento em sessão pública. Argui, entre outros, que a Resolução não poderia tratar da matéria de prescrição. O CNJ se defende sustentando que o assunto pode ser regulado por resolução, visando moralizar os julgamentos, que em alguns Estados, tais como Alagoas, Amazonas e Paraíba, chegam a 90% de arquivamento por prescrição.

7. Reunião de Juízes da Infância e Juventude

Realizou-se em Guaratuba, de 4 a 7 de agosto, o 1º Encontro Estadual de Magistrados da Infância, promovido pela AMAPAR, quando foram discutidas diversas questões relativas às medidas protetivas e ações socioeducativas. O encontro reuniu juízes atuantes na área da Infância e da Juventude, além de desembargadores e juízes substitutos em segundo grau com atuação nas câmaras cíveis e criminais.

Participaram Secretários Estaduais da Saúde, da Educação e da Família, bem como o juiz auxiliar do CNJ, Reinaldo Cintra.

Houve diversos grupos de discussão e foi criado um Fórum Permanente de Discussão de Assuntos da Infância e Juventude.

No domingo pela manhã, os participantes do encontro reuniram-se para debates com o Presidente do TJ e o Corregedor-Geral da Justiça, além do des. Fernando Bodziak, presidente do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude.

8. Remessa de armas ao Ministério do Exército

O Corregedor da Justiça expediu o Ofício-Circular nº 79/2011, que trata do mutirão para recolhimento das armas e munições existentes nos Fóruns das Comarcas. Após o levantamento, que deverá ser concluído até 30 de setembro, um cronograma de recolhimento será cumprido pela Assessoria Militar, com encaminhamento das armas e munições (que não forem imprescindíveis ao processo) para o Ministério do Exército, que já se encontra aparelhado para o recebimento.

9. Inspeções e correções em agosto

No mês de agosto, foram realizadas correções em Curitiba: dia 2 na Vara de Violência Doméstica contra a Mulher, dia 3 na Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, dia 7 na 1ª Vara da Infância e Juventude, dia 8 na 2ª Vara da Infância-Adoção e CEJA-Comissão Estadual Judiciária de Adoção, dia 9 na Vara de Adolescentes Infratores. No dia 15 em Bela Vista do Paraíso, dia 16 em Centenário do Sul, dia 17 em Primeiro de Maio, dias 18 e 19 em Porecatu, no dia 23, em Fazenda Rio Grande, dia 29 em Carlópolis, dia 30 em Joaquim Távora e dia 31 em Ribeirão do Pinhal. Foram ainda feitas inspeções na 3ª Vara Criminal de Londrina e na Vara de Infância e Juventude da mesma Comarca, nos dias 29, 30 e 31.

10. Inspeções e correções em setembro

Serão realizadas correções nas Comarcas de Andirá (dia 12), Ribeirão Claro (dia 13), Cambará (dia 14), Jacarezinho (dias 15 e 16), Xambrê (dia 26), Icaraíma (dia 27) e Umuarama (dias 28 a 30). Haverá inspeções no 1º Ofício do Registro Civil e no 13º Tabelionato de Notas, ambos de Curitiba (dias 20 e 21).

11. Código de Normas

Prosseguem os trabalhos de atualização do Código de Normas. Comissão composta por magistrados e servidores reuniu-se em Curitiba no dia 26 de agosto e acertou detalhes para o desenvolvimento dos trabalhos. Na área judicial, haverá mapeamento de rotinas e estabelecimento de manuais de procedimentos para as diversas áreas: cível, crime, família, infância e juventude, juizados, fazenda pública etc. O trabalho de atualização deverá estar concluído até final do mês de novembro.

12. Conhecendo melhor a Corregedoria

Passamos a fornecer informações sobre a Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral de Justiça, LENIR STIVAL POSSENTI.

Bacharel em Serviço Social pela PUC em 1981 e em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1997. Coursou a Escola da Magistratura do Paraná em 1999 e é posgraduada em "Direito Processual-Grandes Transformações" (2008/2009).

Ingressou no TJPR como estagiária voluntária. Em 1982 foi nomeada como Auxiliar Judiciário, e em 1985 como Assistente Social, cargos do quadro de Pessoal da Secretaria do TJPR, tendo atuado nas Varas da Infância e da Juventude da Capital, de Guarapuava e de Colombo.

Em 1998 passou a assessorar o então Juiz Substituto em 2º Grau, Noeval de Quadros.

Atuou como conciliadora no Núcleo de Conciliação do extinto TAPR (2004). É casada e tem 3 filhos.

Também passamos a fornecer informações sobre a Chefe de Gabinete da Corregedoria da Justiça, SIMONE RIBEIRO GAMA TRICHES.

Bacharel em Direito pela PUC-PR em 1994. Coursou a Escola da Magistratura em 1995. Ingressou no TJPR como estagiária voluntária na 1ª Câmara Cível do extinto Tribunal de Alçada.

Em abril de 1996, foi nomeada para o cargo de Assessora Jurídica do Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo.

É casada e tem 2 filhos.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

“Todos os meus bens trago comigo” (Sêneca, *Cartas a Lucílio*, 9, 19).